

MORATORIA CLIMÁTICA: ¿HAY TIEMPO?

A mudança climática avança inexoravelmente. Condições extremas são atualmente a nova 'normalidade': chuvas torrenciais e inundações, ondas de calor, pronunciadas secas e incêndios de vegetação, furacões e tufões mais intensos. Outubro de 2012 foi o 333^{er} mês consecutivo com temperaturas globais acima da média do século XX. Desafortunadamente, as conquistas da Convenção Quadro para a Mudança Climática das Nações Unidas (UNFCCC) não condizem com a realidade climática. As últimas Conferências das Partes (COPs): Copenhague 2009, Cancun 2010, Durban 2011 e Doha 2012, fracassaram em estabelecer um novo acordo que substitua ao controverso Protocolo de Kyoto (PK), que expirou em 31 de dezembro passado. Em Doha somente foi conseguida uma emenda que prorroga o PK até 2020. No entanto, Rússia, Japão, Canadá e Nova Zelândia não assinaram o acordo, e os EEUU nunca ratificaram o protocolo. Desta forma, os países industrializados com compromissos vinculantes somente representam ~15% das emissões globais de gases de efeito estufa (GEE). Estes países devem remitir a revisão de seus compromissos de redução durante 2014. Muito provavelmente serão similares aos prometidos no Acordo de Copenhague, que são insuficientes para frear o aquecimento global (*Interciencia* 35: 624-631; 2010).

Os países industrializados comprometidos no PK, em seu conjunto, reduziram suas emissões em relação a 1990 em ~16%, superando a meta estabelecida, mas muitos não cumpriram suas metas individuais e vários aumentaram suas emissões. A redução se conseguiu com uma combinação de fatores: debilidade econômica, transferência de manufaturas aos países em desenvolvimento (o PK está baseado na produção de GEE e não no consumo destes), compra de créditos de carbono através do Mecanismo de Desenvolvimento Limpo (*Interciencia* 35: 797; 2010) e esforços conscientes/

genuínos de limitar as emissões. Entretanto, a emissão global de GEE aumentou 50% entre 1990 e 2011, devido ao crescimento dos países em desenvolvimento, especialmente China e Índia, que baseiam sua economia na queima de carvão, o combustível com maior emissão de GEE. A escala global o uso de carvão seguirá aumentando e se prediz que em 2017 passará a ser a principal fonte de energia. Como os países em desenvolvimento não têm compromissos no PK, esta situação não pode ser objetada juridicamente.

Em Doha também foi definido estabelecer um novo Acordo em 2015, que entraria em vigência em 2020, no qual se comprometerão todos os países, de forma vinculante, a controlar as emissões de GEE. O novo Acordo que substituiria o PK, deveria haver-se acordado antes de iniciar-se 2013, mas a falta de vontade política das partes integrantes da UNFCCC levou a esta perigosa moratória. O problema consiste na incerteza de que se consigam os acordos necessários. O tempo se esgota e o retardo em tomar ações fará que as soluções encareçam e eventualmente fiquem inviáveis (*Nature* 493: 35-36, 2013). O objetivo da UNFCCC é manter o aumento de temperatura abaixo de 2°C em relação à temperatura da era pré-industrial, mas os modelos predizem um aumento de pelo menos 3°C até 2050. É notório que o aumento produzido, de menos de 1°C, já está afetando significativamente ao planeta. Então, se quer ser evitada uma catástrofe climática, a lenta diplomacia da ONU deveria ser reforçada com outras instâncias mais expeditas. A probabilidade de alcançar a meta de 2°C é maior se as ações de mitigação forem aprofundadas em 2015, em lugar esperar até 2020. A participação de todos os países, industrializados e em desenvolvimento, é crucial. Aqueles que decidem as políticas deveriam imitar o clima e mudar imediatamente. Não há tempo.

EUGENIO SANHUEZA
Instituto Venezolano de Investigações Científicas